

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROCURADOR  
DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I**

**PROVA ORAL**

**MALOTE 5**

**GRUPO I – DIREITO CONSTITUCIONAL**

**QUESTÃO 1**

Em decisão de caráter normativo, o Tribunal de Contas do Distrito Federal firmou entendimento divergente do assumido pelo STF em uma série de mandados de injunção impetrados por servidores públicos de diversas esferas federativas afetados por questão idêntica àquela relacionada ao funcionalismo distrital. Em meio às duas posições conflitantes, a Secretaria de Estado competente para a matéria encaminhou consulta à PGDF, solicitando orientação jurídica sobre o tema, mas fundamentalmente sugerindo interesse em alinhar-se ao posicionamento firmado pela Corte Suprema.

---

Em face dessa situação hipotética, responda, de forma fundamentada, aos seguintes questionamentos.

- a) Cabe reclamação ao STF contra a decisão normativa do Tribunal de Contas distrital?
  - b) Há instrumento(s) de controle abstrato de normas capaz(es) de questionar a decisão da corte de contas local?
  - c) Enquanto não for modificado formalmente nenhum dos entendimentos jurídicos em jogo (o do STF e o do TCDF), qual das duas orientações a administração pública distrital deverá adotar?
-

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROCURADOR**  
**DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I**  
**PROVA ORAL**  
**MALOTE 5**  
**GRUPO I – DIREITO TRIBUTÁRIO**

**QUESTÃO 2**

O DF aprovou lei, concedendo isenção de ICMS a empresas que se instalassem em seu território, com vistas ao desenvolvimento do setor industrial e a uma maior geração de receita. Para que o contribuinte pudesse usufruir do benefício fiscal, a lei instituidora exigiu a instalação da empresa no território distrital e a utilização de mão de obra local. O referido benefício não foi submetido à ratificação do CONFAZ, de modo que não existe convênio que o ampare. O Ministério Público do DF propôs, contra a referida norma jurídica, ADI perante o TJDF, não tendo obtido provimento cautelar para a suspensão imediata dos efeitos do ato normativo. Posteriormente, a norma foi declarada inconstitucional.

---

Considerando a situação hipotética apresentada e o entendimento do STF acerca da inconstitucionalidade de leis estaduais que disponham sobre a concessão de benefícios fiscais relacionados ao ICMS, responda às seguintes indagações.

- a) Dado o fato de a isenção concedida demandar a satisfação de condições pelo contribuinte, pode o DF revogá-la a qualquer tempo?
  - b) Dada a declaração de inconstitucionalidade da norma jurídica e dado o fato de diversos contribuintes terem usufruído dos benefícios fiscais previstos na norma declarada inconstitucional, pode o DF exigir o pagamento dos créditos tributários não recolhidos durante o período de tramitação da ADI?
-

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROCURADOR**  
**DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I**  
**PROVA ORAL**  
**MALOTE 5**

**GRUPO I – DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO**

**QUESTÃO 3**

Considerando, por hipótese, que o governador do DF tenha tomado a decisão política de celebrar operação de empréstimo junto ao Banco Mundial, instituição financeira internacional, com o objetivo de obter receita para obras de infraestrutura em projetos de habitação de interesse social, responda, com fundamento na Constituição Federal e na LRF, aos seguintes questionamentos.

- a) Deve o governador obter autorização da Câmara Legislativa para contratar o empréstimo? Por quê?
  - b) Que espécies de contragarantias pode a União, garantidora da operação junto ao Banco Mundial, exigir do DF?
  - c) Na falta de outros bens disponíveis do DF para a contragarantia, pode a TERRACAP ajudar o governo, ofertando bens imóveis de seu patrimônio para tal finalidade? Por quê?
-

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROCURADOR**  
**DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I**

**PROVA ORAL**

**MALOTE 5**

**GRUPO II – DIREITO ADMINISTRATIVO**

**QUESTÃO 4**

A Lei n.º 8.666/1993 enumera hipóteses em que não se realiza processo licitatório prévio à contratação, havendo, conforme o caso, “simples” procedimento interno. Está-se diante da chamada “contratação direta”. Atualmente, diversos órgãos de controle da atividade administrativa de formalização de dispensa/inexigibilidade de licitação têm verificado excessos e imprecisões, fato que tem despertado atenção sobre o tema, inclusive com desdobramentos jurisprudenciais. A presente questão tem como foco a contratação de advogados e juristas privados pelo Estado, para a realização de tarefas singulares, a exemplo da confecção de pareceres e de peças jurídicas de maior complexidade.

---

No que se refere à contratação direta pela administração pública, estabeleça a diferença entre dispensa e inexigibilidade de licitação, citando exemplos de ambas as modalidades. Discorra, ainda, sobre a contratação sem licitação de advogados e juristas alheios aos quadros das procuradorias, esclarecendo os seguintes aspectos:

- a) Teoricamente, a hipótese é de dispensa ou de inexigibilidade de licitação?
  - b) Quais são os requisitos legais dessa contratação?
  - c) Há objetos interditados para contratação direta?
  - d) Quais são as consequências de contratações diretas ilegais?
-

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROCURADOR  
DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I**

**PROVA ORAL**

**MALOTE 5**

**GRUPO II – DIREITO URBANÍSTICO**

**QUESTÃO 5**

O parcelamento regular do solo urbano implica uma sequência de atos, entre os quais se incluem a aprovação do projeto pelo DF e o seu registro na serventia imobiliária, com consequências distintas para o empreendedor e para o DF.

---

Acerca desse assunto, esclareça quais são as etapas fundamentais a serem cumpridas por um empreendedor privado, ou mesmo público, antes de iniciada a venda das unidades imobiliárias produzidas e quais são os efeitos específicos da aprovação e do registro do projeto de parcelamento na serventia imobiliária, para o empreendedor e para o DF.

---

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROCURADOR**  
**DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I**  
**PROVA ORAL**  
**MALOTE 5**  
**GRUPO II – DIREITO AMBIENTAL**

**QUESTÃO 6**

O DF ajuizou ação demolitória cumulada com indenização por danos ambientais contra proprietário de complexo hoteleiro em razão de aterramento de um curso d'água e edificação de um prédio no local aterrado. Em sua defesa, alegou o proprietário do empreendimento o seguinte:

- a) o aterramento do curso d'água fora promovido pelo proprietário anterior, o que afastaria sua culpa;
- b) a área de proteção permanente já estava poluída havia décadas pelo lixo depositado pelas comunidades vizinhas, de modo que as obras realizadas promoveram a requalificação ambiental da área, evitando o mau cheiro e o risco de doenças.

---

Em face dessa situação hipotética, apresente argumentos fundamentados para afastar as alegações do proprietário, abordando especificamente:

- a) os elementos da responsabilidade civil por danos ambientais;
  - b) a natureza das obrigações oriundas de dano ambiental;
  - c) a função ecológica da propriedade.
-

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROCURADOR  
DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I**

**PROVA ORAL**

**MALOTE 5**

**GRUPO III – DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**QUESTÃO 7**

A prática de ato impugnado por meio de mandado de segurança prejudica a impetração da ação? Justifique sua resposta.

---

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROCURADOR**  
**DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I**  
**PROVA ORAL**  
**MALOTE 5**  
**GRUPO III – DIREITO CIVIL**

**QUESTÃO 8**

Em razão dos novos princípios contratuais introduzidos pelo Código Civil de 2002, os contratantes são obrigados a preservar os direitos inerentes a ambas as partes, como forma de preservar o conteúdo do contrato e a ética que permeia o ordenamento jurídico. Com base nessa afirmativa, atenda ao que se pede a seguir.

- a) Indique a espécie de comportamento a que se refere a proposição e exponha o seu fundamento legal.
  - b) Discorra sobre a natureza desse comportamento em relação à obrigação principal.
-



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROCURADOR**  
**DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I**

**PROVA ORAL**

**MALOTE 5**

**GRUPO III – DIREITO EMPRESARIAL**

**QUESTÃO 9**

Constatou-se negligência na elaboração das demonstrações financeiras da sociedade anônima Unificadas S.A. Transportes Coletivos, cuja análise resultou na demonstração de que mais de 70% da receita auferida com o transporte de passageiros não era contabilizada regularmente, tendo sido desviada do caixa da empresa. O desvio foi atribuído ao diretor-presidente, ao diretor-vice-presidente e ao diretor financeiro da referida sociedade e resultou em diminuição expressiva do patrimônio da companhia e do valor das ações que representam a participação acionária da sociedade. O DF é titular de 30% das ações com direito a voto dessa sociedade. Os titulares dos demais 70% das ações com direito a voto da sociedade são a RT Transportes Coletivos Ltda. e a RT Transportes Especiais Ltda., que detêm, cada uma, 35% dessas ações. A RT Participações sociedade simples é titular de 90% das quotas de ambas as sociedades limitadas.

---

Considerando essa situação hipotética, faça o que se pede a seguir.

- a) Conceitue poder de controle e acionista controlador, nos termos da Lei n.º 6.404/1976.
  - b) Indique a maneira de se verificar a existência de acionista controlador nessa situação, explicitando a(s) possível(is) relação(ões) de controle existente(s) e indicando o controlador e os controlados.
  - c) Esclareça se o DF pode ingressar, em nome próprio, com ação de indenização contra o diretor-presidente, o diretor-vice-presidente e o diretor financeiro da Unificadas S.A. Transportes Coletivos, visando ao ressarcimento dos prejuízos à companhia decorrentes da conduta desses diretores.
-